

Funai define demarcação de cinco áreas indígenas

No segundo dia à frente da Fundação Nacional do Índio (Funai), o advogado Iris Pedro de Oliveira, definiu ontem, com os integrantes do Grupo de Trabalho Interministerial, a demarcação de mais cinco áreas indígenas no Amazonas, num total de 4 milhões de hectares, dando assim a largada do programa que escolheu como prioridade em sua administração. As terras selecionadas estão localizadas dentro da faixa territorial de preservação

do meio ambiente e de proteção dos grupos indígenas.

Na reunião com o Grupo de Trabalho Interministerial, que estuda, seleciona e encaminha as propostas de demarcação aos ministérios envolvidos com a questão, Iris expôs sua linha básica de ação e destacou, com ênfase, a preocupação com a política de valorização e legalização das terras indígenas, que, no seu entender, são patrimônio da raça.

“Nossa meta prioritária

são as demarcações das áreas que ainda não puderam ser incluídas em programas anteriores”, afirmou o presidente da Funai, adiantando que já dispõe de estudos do órgão, adotando critérios na seleção de terras que teriam, por ordem, uma preferência.

Segundo ele, as terras indicadas e aprovadas para demarcação, na reunião de ontem, pela ordem, são as seguintes: Yauaretê, com 990 mil hectares e 5.000 índios; Içana-Aiarí, com 896 mil hectares e 3.500 índios; Içana-Xié, com 1.223.200 hectares e 800 índios; Cubate com 1.023.000 hectares e 480 índios e Balalo, com 54.840 hectares e 124 índios.

Iris de Oliveira disse, ainda, que, com a demarcação destas novas áreas, o Amazonas passa a ter 23.020.710 hectares de áreas indígenas garantidas ao índio brasileiro, estando para concluir, também, a demarcação de terras indígenas na “Cabeça do Cachorro”, local habitado pelos índios Yanomami, Tukano, Baniwá, Kobewá e Makú.



Iris em sua primeira reunião à frente da Funai